

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO MEIO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

Marleide Mateus de Jesus

Resumo

Falar sobre a Educação do Campo como meio de emancipação humana consiste considerar as Políticas Educacionais, suscitando uma reflexão sobre a qualidade de ensino que é oferecida para os alunos desse espaço educacional que ainda enfrentam diferentes desafios quanto à temática. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender se as políticas feitas para educação voltadas para as pessoas do campo estão sendo instrumento de emancipação humana, respeitando as necessidades culturais, sociais, políticas e econômicas da comunidade. Para atingir o objetivo, foi feita uma pesquisa bibliográfica em teóricos como Caldart (2009), Ramos e Moreira e Santos (2004) e Santos (2020) com abordagem quantitativa-descritiva. A partir dessa pesquisa, espera-se contribuir para ampliar o debate sobre o papel das Políticas Educacionais no que diz respeito às pessoas do campo, proporcionando a todos envolvidos no ambiente em questão maior visibilidade ao tema e meios para vencer os possíveis problemas provenientes da condição sempre subjugada dessa parcela da sociedade em seus aspectos essenciais.

Palavras-chave: Educação do Campo. Emancipação. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As Políticas Educacionais direcionadas ao aluno do campo precisam ser pensadas de acordo com as necessidades dessas pessoas, porque todo mundo necessita de protagonismo na sociedade, tendo direito à expressão e à cidadania. As políticas ao serem elaboradas devem proporcionar a interação, a troca de experiências, da construção de valores, indo, assim, além de direcionar tecnicamente mais um espaço educacional. Todos envolvidos no contexto em foco precisam refazer seus conceitos, passando por um processo de transformação, ou seja, um olhar diferente sobre o que é a Educação do Campo no novo contexto social.

Essa percepção se justifica, porque nesse paradigma não se espera que o aluno aleatoriamente se adapte ao espaço de aprendizagem, porém que esse se transforme, através dos meios que devem ser proporcionados pelas Políticas Públicas para a educação, de forma a possibilitar a inserção de todos. Assim, a presente pesquisa contribui com a possibilidade de ver na Educação do Campo o aluno sendo parte essencial em um processo democrático da educação em que a parte as leis não podem ser um faz de conta, visto que nessa situação fatores

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

essenciais para os sujeitos são envolvidos.

A questão do novo paradigma da educação aponta a importância que as políticas devem ter, uma vez que norteiam o trabalho dos profissionais, a formação do aluno bem como o resultado positivo esperado pela sociedade que somente um sujeito emancipado pode oferecer. Nesse ensejo, questiona-se até que ponto as Políticas Educacionais objetivam o aprendizado dos sujeitos do campo envolvidos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, constituindo-se como projeto de emancipação humana? Acredita-se na relevância da situação-problema, porque constitui uma reflexão importante no sentido de colocar em pauta o debate para que os profissionais envolvidos no contexto educacional do campo estejam preparados e abertos a proporcionarem às pessoas a possibilidade de refletirem sobre o tema.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Compreender se as políticas feitas para educação voltadas para as pessoas do campo estão sendo instrumento de emancipação humana, respeitando as necessidades culturais, sociais, políticas e econômicas da comunidade.

2.2 Específicos

- Identificar o conceito de Educação do Campo que embasa as Políticas educacionais;
- Analisar as dificuldades e desafios da Educação do Campo com vistas à complexidade da atuação profissional;
- Refletir em que medida a Educação do Campo se concretiza no âmbito da emancipação do aluno.

3. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A dívida histórica do Brasil com a Educação do Campo tem como consequência muitos

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

cidadãos que não tiveram acesso ao estudo, sendo negado a eles o que preconiza Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes Bases da Educação que garantem o acesso ao ensino com qualidade a todas as pessoas (BRASIL, 2012). Nesse bojo, é preciso se voltar para o conceito de Educação no Campo que tem como base os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo e métodos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002, p. 1).

Diferente do que indicam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o que se percebe é que os estudantes desse meio continuam sendo vítimas de um mecanismo de produção gerador de desigualdades entre as populações camponesas. São pessoas que lidam, diariamente, com a inércia do Estado, violando um direito essencial: educação de qualidade. Essa falta de atuação e, por consequência, de uma Política educacional coerente, insere a Educação do Campo no espaço de lutas e de tensões políticas responsáveis pelas rupturas no modelo de educação emancipadora (CALDART, 2009).

Muitas vezes as Políticas Educacionais são elaboradas, valorizando meios superficiais os quais impedem o respeito às necessidades básicas de acesso aos direitos da pessoa humana. Há muitas contradições entre as Políticas Educacionais para o campo e as experiências cotidianas de cada comunidade local, pois o que se vê é uma educação indiferente às histórias de vida, à memória histórica do campo e às experiências sociais dos sujeitos. Exemplo disso é a Base Nacional Comum Curricular, um documento normativo, o qual não pauta a Educação do Campo (AGUIAR, 2018).

A falta de coerência entre as Políticas Educacionais direcionadas para a Educação do Campo e a realidade dos sujeitos envolvidos gera força representada por movimentos sociais os quais não deixam dúvidas quanto aos desafios que vão desde o entendimento que é preciso valorizar formas alternativas de organização de tempos e espaços escolares até a questão de práticas pedagógicas direcionadas para a formação de profissionais (ARROYO, 2008).

Nesse bojo, o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 insere a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica bem como a disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES incentivando a

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

programas de formação inicial e continuada, no entanto, compreende-se que mesmo assim, os resultados esperados ainda são bastante sutis se comparados com os anseios das comunidades em foco, visto que a formação dos professores ainda não condiz coma realidade (ARROYO, 2008). Ainda é importante analisar até que ponto o profissional está preparado para atuar na Educação do Campo, pois sem uma preparação adequada pode reproduzir um discurso que apenas distancia o aluno do contexto escolar (CASSIN;BEZERRA,2017).

Um outro aspecto para se refletir nesse ensejo, e um dos mais importantes, é a emancipação humana visto que pressupõe um trabalho que tem como marco o caráter educativo, que precisa vencer o obstáculo encontrado na relação teoria e prática (MARQUES,2019). Essa questão tem como finalidade o rompimento da oposição campo-cidade, fato que acontece à medida que se passa a questionar o desenvolvimento desumano do capitalismo, responsável pela idade muitas pessoas do campo para os centros urbanos (SANTOS,2013).

Por esse motivo, vale ressaltar o que pressupõem Ramos, Moreira e Santos (2004)quando salientam quanto ao aspecto de que os alunos do campo consigam sua emancipação, através das dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, faz-se necessário uma relação mais estreita das Políticas Educacionais como campo. Isso pode ser feito por meio dos movimentos sociais, os quais defendem sempre uma educação de qualidade para todos. No entender de Santos e Nunes (2020) é preciso avançar sem pensar nessa questão.

4. METODOLOGIA

A pesquisa será realizada, obedecendo as seguintes partes: revisão de literatura sobre a temática; em seguida, realização de uma pesquisa na internet de caráter documental, por meio de algumas ferramentas com o intuito de encontrar trabalhos jápublicados e, por último, a análise de conteúdos encontrados que servirão de base para a proposta em questão. O trabalho vai se pautar nas referências disponíveis sobre o tema e na aplicação de um questionário. Será realizado, portanto, um levantamento teórico atualizado, priorizando as últimas discussões, reflexões, estudos os quais possam dar uma resposta acerca da problematização feita.

O objeto de estudo proposto neste projeto “A Educação no Campo como meiode

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

emancipação humana” será desenvolvido a partir de uma pesquisa em base de dados eletrônica em busca de diversos materiais a exemplo artigos científicos, revistas eletrônicas e ainda em livros. Assim sendo, a pesquisa realizará-se através de procedimento bibliográfico, conforme Andrade (1999), visto que serão utilizados conceitos e ideias de teóricos, semelhantes como subjetivos que servirão de base científica para o objeto de estudo em questão. A pesquisa terá abordagem quantitativa-descritiva.

As informações coletadas serão analisadas afim de que possam alcançar resultados condizentes com a necessidade de se considerar a relevância de se rever os fundamentos quanto à problematização apresentada e ainda a compreensão de que os espaços educacionais em geral e do campo estejam preparados e abertos a proporcionarem às pessoas a possibilidade de refletir em sobre o tema.

5. CRONOGRAMA

PERÍODO ATIVIDADES	Mês1	Mês2	Mês3	Mês4	Mês5	Mês6	Mês7	Mês8
Escolha do tema de pesquisa e problematização	x							
Revisão preliminar de literatura e aplicação do questionário		x						
Definição dos capítulos			x					
Justificativa, objetivo e metodologia			x					
Referencial teórico				x	x	x		
Ajustes metodológicos conceituais						x		
Revisão final, revisão linguística, formatação							x	
Entrega da versão final							x	
Preparação e apresentação do trabalho final								x

REFERÊNCIAS

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Relato da Resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações devotoIn: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.) **A BNCC na contra mão doPNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018,p.8–22.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Editora Atlas S/A, 1999.

ARROYO, Miguel G. **A educação básica e o movimento social do campo**. Por Uma Educação do Campo, org. Arroyo, Miguel G. etal, Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão–Brasília: SECADI,2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica **Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002**. Disponível em <HTTP ://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323cretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002> Acesso em: 04/09/21.

CALDART, R. S. **Educação do campo**: notas para uma análise de percurso 009 Disponível em <<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt>>Acesso em: 06/09/21.

CASSIN, Marcos; BEZERRA, Luiz. **Número de escolas no campo diminui drasticamente no Brasil**. <Disponível em: <http://www.fai.ufscar.br/noticia/numero-de-escolas-no-campo-diminui-dramaticamente-no-brasil.html>>. Acessoem:07/09/21.

MARQUES. Tatyane Gomes. **Um pé na roça - outro na universidade**: experiências de acesso e permanência de jovens mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2019. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOSPFV2/1/tetatyanneimpress_o_.pdf>.Acesso em07/09/21

RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **“Ocupar, resistir e produzir, também na educação!”** O MST e a burocracia estatal: negação e consenso.2013.384 p.Tese(Doutorado em Educação).

FaculdadedeEducaçãodaUniversidade FederaldeMinasGerais.UFMG,BeloHorizonte, 2013Disponível em <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/tccs-dissertacoes-e-teses/tese/ocupar-resistir-e-produzir-tambem-na-educacao-o.pdf/view>>.Acesso:06/09/21.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre Políticas Públicas**

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

Educacionais para o Campo no contexto brasileiro. Editora Edufba: Salvador–Ba.2020.

SOBRE O AUTOR

Marleide Mateus de Jesus

Graduada em Pedagogia e Matemática pela Universidade de Uberaba, Pós Graduada em: Administração Escolar, Supervisão e Orientação (UNIASSELVI), Pós graduanda em Educação, Científica e Cidadania (IFBaiano), ORCID: 0000-0002-8043-3257, e-mail: marleidenegra@hotmail.com